

CLIPPING IMPRESSO

16/01/2021

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 5
1.2. JUÍZES.....	6
1.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7 - 8
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. CORREIÇÕES.....	9
2.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	10
2.3. VARA CRIMINAL.....	11 - 12
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	13 - 14
3.2. CORREIÇÕES.....	15



MUITO estimada na sociedade maranhense, a capricorniana do segundo decanato Virgínia Leal Duailibe (na foto com o marido, desembargador Ricardo Duailibe), foi uma das mulheres desta Capital mais festejadas – à distância, claro! – ao longo desta semana pelo transcurso de sua nova idade

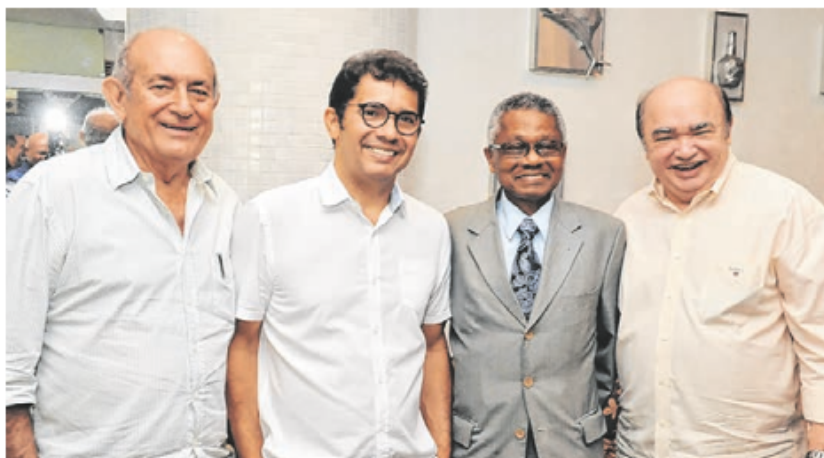
Homenagem merecida

O desembargador José Bernardo Rodrigues foi alvo esta semana de uma singela homenagem dos integrantes da confraria que, capitaneada por José Walter Maciel, por mais de 30 anos, reúne-se semanalmente para celebrar a vida e a amizade.

Carismático e sempre muito gentil nas relações interpessoais, José Bernardo chega aos 75 anos e deixa agora o Judiciário, depois de um longo tempo no exercício da magistratura.

Em uma roda descontraída, no almoço do Rio Poty Hotel, ele foi saudado por este Repórter e pelo jornalista e poeta Félix Alberto Lima, que aproveitaram a ocasião para destacar a simplicidade, a retidão e o humanismo do homenageado, características que sempre marcaram a personalidade de José Bernardo, desde os tempos em que morou em Barra do Corda. Segundo Félix Lima, José Bernardo é um exemplo de magistrado íntegro que jamais esqueceu as suas raízes de homem simples e que nunca perdeu de vista o tamanho da sua responsabilidade como julgador.

O desembargador, visivelmente emocionado, agradeceu a homenagem e disse estar feliz ao alcançar a aposentadoria porque tem a certeza do dever cumprido. “Busquei, em toda a minha vida, ser inteiro. E aqui chego ainda mais completo porque sei que cultivei amigos verdadeiros como vocês”, disse ele.



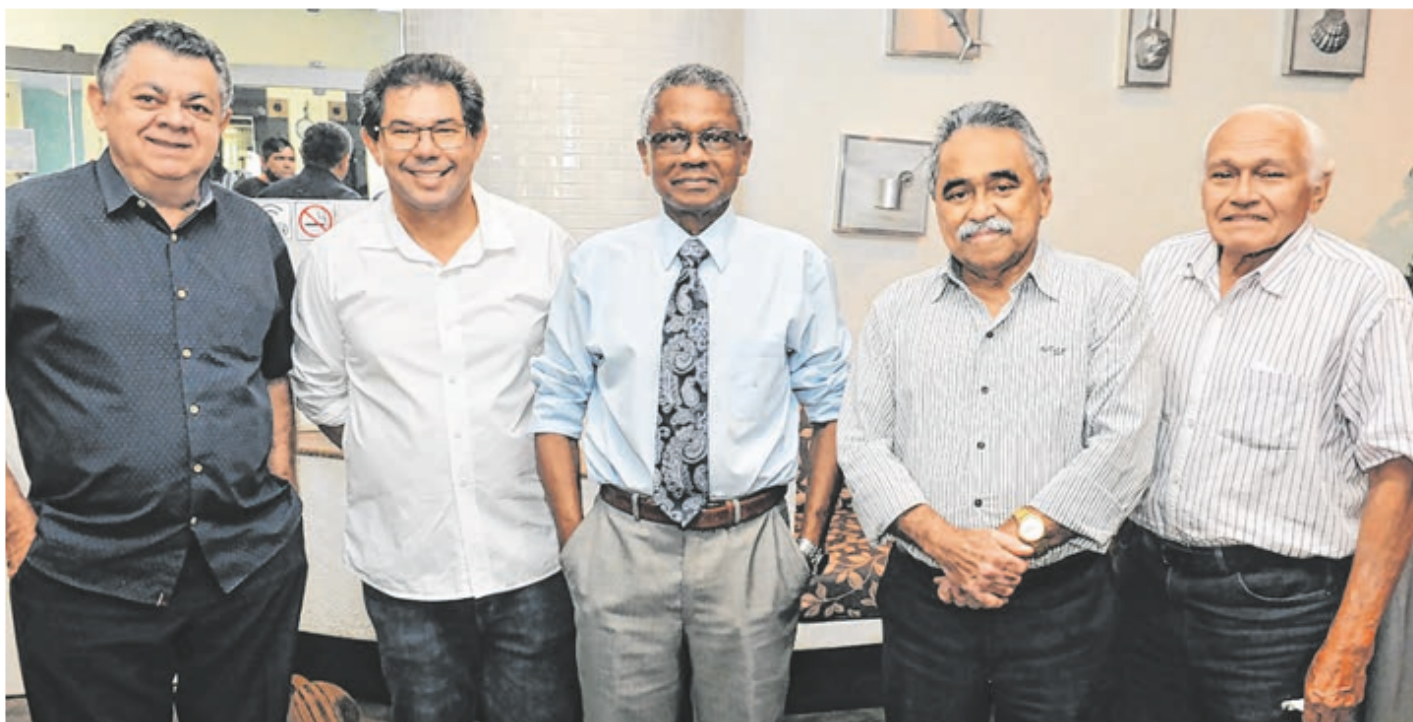
Amaro Santana Leite, Félix Alberto Lima, José Bernardo Rodrigues e o Repórter PH



José Bernardo Rodrigues, José Walter Maciel, Pablo Rebouças e José Nilson Maciel



Emmanuel Marcio Barbosa, Pedro Filho Brito, o Repórter PH e José Walter Maciel



Benjamin Franklin Alves, Armando Ferreira, José Bernardo, José Ahirton Lopes e William Ribeiro

Reprodução/Instagem



A Confraria reunida em torno do desembargador José Bernardo Rodrigues

Abuso de autoridade

JOSÉ JORGE LEITE SOARES

Com certa frequência, a mídia relata situações em que juízes e desembargadores se excedem no cumprimento de suas atribuições. Esquecem que fazem parte de uma classe social e cultural privilegiada e, vez por outra, cometem deslizes imperdoáveis.

Recebi por esses dias um amigo que vinha acompanhado de um prefeito, recém eleito, de uma pequena cidade da Baixada maranhense. Estava cheio de expectativas e discorria sobre suas vivências por ocasião da campanha eleitoral.

Relembrei meu tempo de deputado, quando percorria os pequenos povoados do litoral Norte do estado em busca de votos, de um fato verídico que me chamou a atenção pela sabedoria do meritíssimo em avaliar a situação e deixar a sua autoridade para exercê-la em momento mais propício.

Era setembro. Mês da regata de Oiteiro, em plena campanha eleitoral, e eu decidi marcar presença em uma festa de Reggae em Pericáua, um paradisíaco povoado no município de Cedral. Acompanhado daquele séquito de lideranças locais (afinal, político que se preza só anda em bando...), chegamos ao barracão construído para abrigar a festa. Do lado de fora, muitas barraquinhas oferecendo de um tudo: cigarro a retalho, cerveja quente, jogos de roleta, banca de jogo caipira e inúmeros tabuleiros de venda doces alumiados com lamparinas a querosene. Passamos pela bilheteria onde compramos os ingressos e nos dirigimos à entrada do barracão, onde rolavam as “pedras de resposta” mais altas que alguém possa imaginar. No entanto, uma enorme aglomeração se formava em torno da porta. Por curiosidade, fui abrindo espaço para enten-

der o porquê daquele congestionamento e, quando consegui me desvencilhar daquela imensidão de gente, fui surpreendido com uma carimbada na testa pelo porteiro. Era o passaporte que garantia o ingresso e saída quando assim o desejasse.

Do lado de dentro, o espaço estava apinhado de gente, pouco iluminado, quente, empoeirado e o som insuportável da Radiola, que emanava dos dois paredões de caixas, remexia as entranhas do meu abdome. Mas, o deputado precisava participar das festas populares e lá estava eu cumprindo o meu dever...

Aquele bafo morno estava insuportável e resolvemos sair um pouco para comprar uma cerveja. Estranhei quando recebi a minha garrafa e junto com ela duas balinhas de hortelã (conhecidas como bombom Pípper). O rapaz me explicou:

- Não tem gelo não, doutor! A cerveja tá quente! O senhor chupa o bombom e dá um gole que a cerveja fica geladinha!...

Já havia marcado a presença no evento e aprendido uma nova forma de gelar cerveja, quando me deparei com um juiz de direito que acabara de ser aprovado no concurso e ser designado para o Termo de Cedral. Recém chegado ao município, ele ainda não era muito conhecido.

Contou-me que também havia entrado no recinto, mas que o calor estava sufocante. E que, por prudência, não quis fazer valer ali, naquela festa, sua autoridade de magistrado. Teria abordado um regueiro nativo que rodopiava pelo salão levantando poeira no chão batido, espremendo em seus braços uma morena carnuda, carregando nas costas, escondida sob a camisa, uma enorme “peixeira”.

Ao ser ignorado por completo, fez questão de se identificar:

- Eu sou o juiz de direito e vou mandar prendê-lo. O senhor não pode dançar armado! (pelo menos com essa arma, não!) Ao que o moreno respondeu olhando-o de cima a baixo.

- Hum... Se fosse pelo menos um cabo ou um soldado!... Vá apitar jogo na praia do Oiteiro, Siô! E continuou marcando o ritmo cadenciado do Reggae.

Ex-deputado estadual, membro da Academia Pinheirense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

Abuso de autoridade

JOSÉ JORGE LEITE SOARES

Com certa frequência, a mídia relata situações em que juízes e desembargadores se excedem no cumprimento de suas atribuições. Esquecem que fazem parte de uma classe social e cultural privilegiada e, vez por outra, cometem deslizes imperdoáveis.

Recebi por esses dias um amigo que vinha acompanhado de um prefeito, recém eleito, de uma pequena cidade da Baixada maranhense. Estava cheio de expectativas e discorria sobre suas vivências por ocasião da campanha eleitoral.

Relembrei meu tempo de deputado, quando percorria os pequenos povoados do litoral Norte do estado em busca de votos, de um fato verídico que me chamou a atenção pela sabedoria do meritíssimo em avaliar a situação e deixar a sua autoridade para exercê-la em momento mais propício.

Era setembro. Mês da regata de Oiteiro, em plena campanha eleitoral, e eu decidi marcar presença em uma festa de Reggae em Pericáua, um paradisíaco povoado no município de Cedral. Acompanhado daquele séquito de lideranças locais (afinal, político que se preza só anda em bando...), chegamos ao barracão construído para abrigar a festa. Do lado de fora, muitas barraquinhas oferecendo de um tudo: cigarro a retalho, cerveja quente, jogos de roleta, banca de jogo caipira e inúmeros tabuleiros de venda doces alumiados com lamparinas a querosene. Passamos pela bilheteria onde compramos os ingressos e nos dirigimos à entrada do barracão, onde rolavam as “pedras de resposta” mais altas que alguém possa imaginar. No entanto, uma enorme aglomeração se formava em torno da porta. Por curiosidade, fui abrindo espaço para enten-

der o porquê daquele congestionamento e, quando consegui me desvencilhar daquela imensidão de gente, fui surpreendido com uma carimbada na testa pelo porteiro. Era o passaporte que garantia o ingresso e saída quando assim o desejasse.

Do lado de dentro, o espaço estava apinhado de gente, pouco iluminado, quente, empoeirado e o som insuportável da Radiola, que emanava dos dois paredões de caixas, remexia as entranhas do meu abdome. Mas, o deputado precisava participar das festas populares e lá estava eu cumprindo o meu dever...

Aquele bafo morno estava insuportável e resolvemos sair um pouco para comprar uma cerveja. Estranhei quando recebi a minha garrafa e junto com ela duas balinhas de hortelã (conhecidas como bombom Pípper). O rapaz me explicou:

- Não tem gelo não, doutor! A cerveja tá quente! O senhor chupa o bombom e dá um gole que a cerveja fica geladinha!...

Já havia marcado a presença no evento e aprendido uma nova forma de gelar cerveja, quando me deparei com um juiz de direito que acabara de ser aprovado no concurso e ser designado para o Termo de Cedral. Recém chegado ao município, ele ainda não era muito conhecido.

Contou-me que também havia entrado no recinto, mas que o calor estava sufocante. E que, por prudência, não quis fazer valer ali, naquela festa, sua autoridade de magistrado. Teria abordado um regueiro nativo que rodopiava pelo salão levantando poeira no chão batido, espremendo em seus braços uma morena carnuda, carregando nas costas, escondida sob a camisa, uma enorme “peixeira”.

Ao ser ignorado por completo, fez questão de se identificar:

- Eu sou o juiz de direito e vou mandar prendê-lo. O senhor não pode dançar armado! (pelo menos com essa arma, não!) Ao que o moreno respondeu olhando-o de cima a baixo.

- Hum... Se fosse pelo menos um cabo ou um soldado!... Vá apitar jogo na praia do Oiteiro, Siô! E continuou marcando o ritmo cadenciado do Reggae.

Ex-deputado estadual, membro da Academia Pinheirense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

Maranhão economiza R\$ 116 mi com suspensão de pagamento de dívida

Parcelas da dívida do estado com a União, segundo informou a **O Estado** o governo do Maranhão, deixarão de ser pagas e parcelas de março a dezembro de 2020 serão pagas no fim do contrato

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O Governo do Maranhão aponta uma economia de R\$ 116.113.886,68 com a edição da Medida Provisória nº 377/2020, já encaminhada à Assembleia Legislativa, que permite ao Estado suspender temporariamente o pagamento de parcelas de dívidas que tem com a União.

A informação é da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan). Segundo a pasta, com a MP, as parcelas devidas entre março e dezembro de 2020 "foram escalonados para o final do contrato".

A medida, conforme revelou **O Estado** na sexta-feira, 15, foi possível em virtude da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 - plano que disciplinou

a suspensão ou renegociação de pagamentos de empréstimos ou dívidas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com a União, bancos públicos e organismos internacionais

O dinheiro economizado com as parcelas suspensas deverá ser usado, preferencialmente, em ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia.

Em mensagem encaminhada ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB) - a quem o texto da MP foi enviado no dia 29 de dezembro, dois antes do prazo final para edição de normas desse tipo -, Dino destacou a necessidade de autorização legislativa.

"Não obstante a previsão legal, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional é pela necessidade de nova autorização legislativa vez que a suspensão implicará regularização de contrato de Confissão, Assunção,

Consolidação e Refinanciamento de Dívida. Por essa razão, por meio desta Medida Provisória, o Poder Executivo objetiva obter autorização para celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 002/98-STN/COAFI, com vistas a adequá-lo às disposições da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020", destacou.

Segundo o comunista, as dívidas suspensas decorrem de contratos de financiamento firmados com a Caixa Econômica Federal.

"O referido contrato foi firmado, em 1998, com a União e tem por objeto a confissão de dívidas por parte do Estado do Maranhão relativamente a saldos devedores de contratos firmados junto à Caixa Econômica Federal", pontuou.

Decisão

Em virtude da pandemia da Covid-19 o Governo do Maranhão também deixou de pagar, no ano passado, uma parcela de US\$ 49,9 milhões devida ao Bank of America Merrill Lynch, em virtude de empréstimo da ordem de US\$ 661,9 milhões, contratado em 2013. Nesse caso, o valor foi pago pela União, que é uma espécie de avalista do contrato.

A parcela do empréstimo deveria ser paga pela gestão Flávio Dino no dia 23 de julho de 2020, mas alegando problemas de caixa em virtude do combate ao novo coronavírus, os comunistas ajuizaram ação judicial e conseguiram uma liminar, proferida pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, autorizando o calote. ●

Divulgação



MP foi enviada para a Assembleia em 29 de dezembro do ano passado

Processos da Auditoria da Justiça Militar serão correicionados a partir de segunda-feira

Ilustração/Divulgação

A juíza Janaína Araújo de Carvalho, em exercício na Auditoria da Justiça Militar do Maranhão, designou o dia 18 de janeiro, às 8h30, na sala de Sessões localizada no Fórum “Des. Sarney Costa”, 5º andar, Calhau, para instalação, em ato público, da Correição Geral Ordinária para verificação da regularidade dos processos.

A correição será presidida pelo juiz de Direito titular da unidade judicial, Nelson Melo de Moraes Rêgo, ficando a solenidade de encerramento desde já marcada para o dia 29 de janeiro, às 17h, no mesmo local.

Deverão ser analisados, de forma presencial, cerca de 100 processos físicos (em papel), sendo 50 dentre os mais antigos e outros 50 escolhidos aleatoriamente, dentre os que constam no acervo de competência da unidade jurisdicional. Atualmente, tramitam na Auditoria Militar 708 processos - 667 na fase de instrução e julgamento e 41 na fase de execução da pena.

As atividades correicionais



não provocarão a suspensão das atividades judiciais, sendo mantido o atendimento ao público, no horário das 8h às 13h e pelos meios eletrônicos disponíveis (e-mail secaud_slz@tjma.jus.br e telefones (98) 8282-2446 e (98) 3194-5683/5684. A distribuição acontece normalmente e as próximas audiências estão marcadas a partir do mês de fevereiro.

SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

A juíza determinou provi-

dências para que todos os processos em trâmite na unidade estejam em secretaria, com 24 horas de antecedência ao início dos trabalhos, e, ainda, a expedição de Edital anunciando a Correição designada e convidando o povo em geral a trazer suas sugestões e reclamações, as quais deverão ser apresentadas, pessoalmente ou por escrito, enquanto durar a correição.

A correição foi anunciada na Portaria - TJ 161/2021, publicada no Diário da Justi-

ça desta sexta-feira, 15, e informada às autoridades judiciais e ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Ministério Público, OAB-MA e defensoria Pública do Estado.

Irá secretariar os trabalhos correicionais o secretário judicial da Auditoria Militar, Joás Cruz Ferreira, tendo como substituto o técnico judiciário Marcos Antônio Mendes Mendonça.

(Asscom CGJ)

Cartórios de Registro de Imóveis têm até dia 25 de janeiro para prestar informações ao CNJ

Ilustração/Divulgação



A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) alerta os delegatários do serviço extrajudicial de Registro de Imóveis do Estado do Maranhão, para prazo final de prestação de informações sobre os emolumentos dos atos praticados no Registro de Imóveis, com o objetivo de atualizar e aprimorar o Sistema “Justiça Aberta” - banco de dados sobre as instâncias judiciais gerenciado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

O preenchimento do formulário pelos cartórios pode ser feito pelo link: <https://www.cnj.jus.br/formularios-pje/emolumentos-corregedoria-nacional/> até o dia 25 de ja-

neiro de 2021, impreterivelmente.

A Coordenadoria das Serventias da CGJ-MA emitiu circulares, nos dias 24/11 e 15/12/20, notificando as serventias extrajudiciais da determinação e uma terceira, nesta sexta-feira, dia 15 de janeiro, dirigida à ANOREG-MA e IRIB-MA, solicitando auxílio na divulgação junto aos associados acerca do despacho da corregedora nacional, ministra Maria Thereza de Assis Moura, no Pedido de Providências n.º 0009433-57.2020.2.00.0000.

Segundo o despacho da ministra, é obrigatório o preenchimento do formulário sobre os emolumentos percebidos pelas unidades extrajudiciais com atribuição de registro de imóveis, sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração da infração, no caso de descumprimento dessa determinação. “Da análise do relatório dos dados enviados pelas unidades cartorárias, foi possível constatar que diversas serventias deixaram de prestar as informações solicitadas”, diz o despacho da corregedora nacional.

JUSTIÇAABERTA

O “Justiça Aberta” é um sistema de consulta que facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais.

Em “Serventias Extrajudiciais”, estão disponíveis os dados sobre a produtividade dos cartórios, subdistritos e ofícios de notas, protestos e registros, que reconhecem, atestam e certificam atos particulares e públicos, como nascimentos, óbitos, imóveis, notas e processos jurídicos.

Conforme dados do Justiça Aberta, no Maranhão existem 211 Serventias Extrajudiciais de Registro de Imóveis cadastradas e ativas no Estado. (*Asscom CGJ*)

Estelionatário é preso em Bacabal

BACABAL-MA – Na manhã desta sexta-feira (15), uma ação realizada pela Polícia Civil do Maranhão, através da 16ª Delegacia Regional da cidade de Bacabal, resultou no cumprimento ao mandado de prisão preventiva contra um homem suspeito de estelionato praticado na maioria das vezes contra idosos do município. O mandado de prisão foi expedido pela 2ª Vara Criminal de Bacabal, pois segundo as investigações, o autuado prestava o serviço de mototáxi para as vítimas ao ponto de ganhar a confiança das mesmas, que concediam ao suspeito o cartão bancário e a senha para saques. A Polícia Civil constatou que o autuado realizava empréstimos de valores altos em nome das vítimas, além de fazer transferência para uma conta particular e efetuar pagamentos de débitos pessoais, como por exemplo o IPVA. Após ser submetido aos processos de praxe, o preso foi encaminhado a uma Unidade Prisional da região.

Suspeito de colocar explosivos no corpo de bancário durante 'sapatinho' é preso no Piauí

Outros dois quadrilheiros envolvidos na ação criminosa morreram em confronto com a polícia, na zona rural de Caxias

Por Haidê Rocha

Policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC) cumpriram mandado de prisão temporária contra um suspeito identificado apenas pela alcunha de 'Irmão', que é suspeito de ter participado do sequestro de um funcionário do Banco do Brasil, na cidade de Codó, em novembro de 2020. A prisão aconteceu na manhã desta sexta-feira (15), em Teresina-PI.

Os mandados de prisão foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de Codó, em desfavor de 'Irmão' e de outro suspeito de ter participado da ação criminosa. Na ocasião do sequestro, em uma ação criminosa de assalto a banco, conhecida por 'sapatinho', os bandidos, por meio de 'Irmão', colocaram explosivos no corpo do funcionário do banco. 'Irmão' seria entendido no assunto de explosivos. Outros dois suspeitos de participação no crime morreram em confronto com a polícia, na zona rural de Caxias (MA).

Outros envolvidos, cerca de três assaltantes, já foram presos e estão respondendo por assalto a instituições financeiras, roubo qualificado mediante sequestro. Na ocasião, não foi informado a quantia em dinheiro roubado pelos bandidos.



Divulgação/PC-MA

'Irmão' se encontra no sistema prisional do Maranhão

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua

acarloslua@folha.com.br



Na contramão da história

Está sendo desenhada no Brasil uma nova coreografia política. As correntes mais progressistas do ponto de vista ideológico habitam e sentem na pele o mal-estar social e, assim, procuram saídas coletivas para a crise na qual todos nós fomos jogados, apesar das nossas resistências cotidianas.

Já os radicais ultraconservadores – ou seja, os nostálgicos da Ditadura – fazem do mal-estar social um desejo de destruição, alimentando o neoliberalismo que flerta com elementos de um fascismo clássico e com o colonialismo racista, disseminando o ódio de classes para estabelecer uma sociedade neurótica, jogando uns contra os outros, numa competição permanente.

Na contramão da história, fazem movimentações incontidas em defesa da tortura, em discursos de violência misógina e de racismo explícito, desenhando propostas autoritárias e retrógradas.

É por isso que a política se configura como o cerne e o pilar central de um sistema que apodrece a céu aberto no Brasil, tendo como situação aflitiva o aprofundamento da crise, num país com milhões de desempregados, péssimos serviços públicos e questões comportamentais mal discutidas e mal resolvidas.

Esses fenômenos nos ajudam a entender a extrema desmoralização do sistema político, impondo às forças progressistas o desafio da reinvenção, formulando contraposições às propostas reacionárias que se apresentam contra qualquer iniciativa democrática.

Os perigos agora se concretizam com notável dramaticidade. Teremos pela frente dias difíceis, tormentosos, a exemplo do que ocorreu nas ascensões meteóricas de Jânio Quadros (1960) e Fernando Collor (1989), cujos resultados não foram nada edificantes para a população brasileira.

Um regime antidemocrático, baseado no arbítrio e na prepotência representa uma ameaça à democracia. É hora de decidirmos se queremos salvá-la e aperfeiçoá-la ou se queremos assistir a sua destruição. As opções estão em aberto e as circunstâncias decidirão.

Comunicação

No Brasil, pesquisas indicam que a Internet, a Televisão e o Rádio são os veículos predominantes de comunicação, mas o jornal impresso continua sendo o meio mais confiável. O foco é o conteúdo e não a plataforma...

Tendência

...Pesquisas indicam que há uma tendência confirmada em estudos recentes de que o leitor acredita muito mais no que lê num veículo impresso do que aquilo que recebe pela Internet, ainda que o autor da informação seja a mesma empresa de comunicação nas duas mídias. O placar é cruel: 52% contra 27%...

Qualidade

...No Brasil, 15% da população compra jornais todos os dias. Metade dos brasileiros usa a Internet, mas só 10% faz a leitura de jornais digitais. Ou seja, a qualidade jornalística do veículo impresso continua sendo o atributo decisivo da sua sobrevivência...

Notícia

...Mesmo já inseridos no contexto digital, leitores ainda prezam pelas manchetes estampadas, o folhear das páginas, as informações que se misturam ao cheiro do café da manhã de uma geração acostumada a apalpar a notícia com atenção. As pessoas sempre necessitarão ler algo no papel...

Reinvenção

...O desafio que o jornal impresso enfrenta hoje é o de se reinventar mais uma vez em relação a sua inserção no processo de comunicação, percebendo as mudanças no contexto informativo e adaptando-se a elas com rapidez...

Mídias

...Ao longo da história, não se tem notícia de que alguma mídia

importante tenha suplantado a outra. Ao contrário, as mídias estão sempre se reinventando e assimilando novos métodos para manterem-se ativas e influentes, aprendendo uma com a outra, combinando-se e tirando proveito do melhor que cada uma tem a oferecer...

Dinamismo

...Por muitas vezes, o Rádio teve a sua morte anunciada quando surgiu a Televisão, mas, ao contrário do que muitos imaginavam, ele se reinventou e atua hoje com o dinamismo de sempre, inclusive com imagem, criando raízes de fidelidade que permanecem por gerações e gerações...

Cultura

...A mídia impressa está incorporada à nossa cultura e jamais será sufocada pelas novas mídias digitais. Os jornais nunca deixarão de existir, embora precisem passar por um radical processo de adaptação e renovação...

Produção

...No aspecto editorial, há a imperativa necessidade de os jornais impressos concentrarem sua atenção na produção de reportagens aprofundadas e na análise sistemática das notícias. É necessário investir em informações livres de estigmas e de funis de pensamento...

relevância

...A publicação impressa voltada para o Jornalismo não tem fim. A TV oferece estímulos precisos através de áudio, imagem e movimento. O rádio instiga a imaginação. O jornal impresso narra. Nele, há a possibilidade da interpretação particular, reforçando a relevância do seu conteúdo para a sociedade.

Processos da Auditoria da Justiça Militar serão correicionados a partir de segunda-feira

A juíza Janaína Araújo de Carvalho, em exercício na Auditoria da Justiça Militar do Maranhão, designou o dia 18 de janeiro, às 8h30, na sala de Sessões localizada no Fórum “Des. Sarney Costa”, 5º andar, Calhau, para instalação, em ato público, da Correição Geral Ordinária para verificação da regularidade dos processos. A correição será presidida pelo juiz de Direito titular da unidade judicial, Nelson Melo de Moraes Rêgo, ficando a solenidade de encerramento desde já marcada para o dia 29 de janeiro, às 17h, no mesmo local. Deverão ser analisados, de forma presencial, cerca de 100 processos físicos (em papel), sendo 50 dentre os mais antigos e outros 50 escolhidos aleatoriamente, dentre os que constam no acervo de competência da unidade jurisdicional. Atualmente, tramitam na Auditoria Militar 708 processos - 667 na fase de instrução e julgamento 41 na fase de execução da pena. As atividades correicionais não provocarão a suspensão das atividades judiciais, sendo mantido o atendimento ao público, no horário das 8h às 13h e pelos meios eletrônicos disponíveis (e-mail secaud_slz@tjma.jus.br e telefones (98) 8282-2446 e (98)

3194-5683/5684. A distribuição acontece normalmente e as próximas audiências estão marcadas a partir do mês de fevereiro.

SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

A juíza determinou providências para que todos os processos em trâmite na unidade estejam em secretaria, com 24 horas de antecedência ao início dos trabalhos, e, ainda, a expedição de Edital anunciando a Correição designada e convidando o povo em geral a trazer suas sugestões e reclamações, as quais deverão ser apresentadas, pessoalmente ou por escrito, enquanto durar a correição.

A correição foi anunciada na Portaria - TJ 161/2021, publicada no Diário da Justiça desta sexta-feira, 15, e informada às autoridades judiciárias e ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Ministério Público, OAB-MA e defensoria Pública do Estado.

Irá secretariar os trabalhos correicionais o secretário judicial da Auditoria Militar, Joás Cruz Ferreira, tendo como substituto o técnico judiciário Marcos Antônio Mendes Mendonça.